



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PROJETO BÁSICO Nº 5/2020 - PRES/EJE-RO**

**1 - INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na decisão plenária 439/98 do Tribunal de Contas da União.

**2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Contratação da empresa especializada para a inscrição de 13 colaboradores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no "VII Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral", a ser realizado no período de 17 a 21 de agosto de 2020, na modalidade telepresencial ao vivo.

**2.1. Indicação de participantes:**

A indicação dos participantes obedecerá o seguinte critério:

- \* 4 (quatro) vagas para membros da Corte Eleitoral (tendo os respectivos assessores como suplentes);
- \* 5 (cinco) vagas para juízes eleitorais de primeiro grau, mediante distribuição por adesão voluntária e sorteio conforme edital a ser publicado por esta EJE (sendo 3 vagas para juízes da Capital e 2 vagas para juízes do interior, tendo os respectivos chefes de cartório como suplentes); e
- \* 3 (três) vagas para assessores de Membros da Corte do TRE-RO a serem distribuídas mediante interesse e sorteio, priorizando-se aqueles que atuarão mais diretamente no pleito eleitoral municipal;
- \* 1 (uma) vaga para o Secretário da EJE-RO.

Não havendo o preenchimento das vagas acima por impossibilidade dos participantes, as sobras devem ser preenchidas por sorteio entre os assessores da Corte e servidores das Zonas Eleitorais que já manifestaram o interesse na



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

participação do evento, em consulta prévia formulada e registrada pela EJE por meio da utilização da ferramenta google formulários.

**OBS. A empresa organizadora oferecerá cortesia para o Diretor da EJE e para o Presidente e o Corregedor do TRE-RO. Essas três vagas não estão computadas nas 13 vagas cuja contratação ora se pretende e nem na distribuição citada acima.**

**2.2. Instituição Promotora:**

Razão Social: Instituto Paranaense de Direito Eleitoral - IPRADE

Endereço: R HEITOR STOCKLER DE FRANCA, 396 - CONJ 2407 ANDAR 24 - BAIRRO CENTRO CÍVICO - CEP 80.030-030 - Curitiba - PR

CNPJ: 09.589.101/0001-14

Contato: Bianca Iwaya

Telefone: Telefone:(41) 9 9929-5935

Email: contato@iprade.com.br

Dados Bancários: Banco Bradesco AG.1197 Conta: 5580-08

**2.3. Do Conteúdo Programático:**

Serão abordados e discutidos temas relacionados ao pleito eleitoral municipal de 2020 tais quais Registro de Candidaturas, Poder Polícia, Protaganda Eleitoral e etc. a serem conduzidos por importantes nomes do Direito Eleitoral, entre os quais citam-se: Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral Luis Roberto Barroso, o Ministro do STF Gilmar Mendes, os ex-ministros do TSE Fernando Neves, Henrique Neves e Luciana Lóssio, a advogada eleitoralista Marilda Silveira, o ex-ministro do STF Nelson Jobim entre outros, conforme elencados no site do Congresso acessável pelo link <http://cbde.iprade.com.br>.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **3 - JUSTIFICATIVA**

#### **3.1. Da Necessidade**

O Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral promovido pelo IPRADE é um evento tradicional, de alta qualidade, que conta com profissionais de renome no cenário nacional para a condução de temas absolutamente relevantes e ligados aos pleitos eleitorais.

Não obstante, os altos valores de investimentos com diárias, passagens e inscrições, e ainda o período de sua realização nos anos de eleição, dificultam o encaminhamento de servidores e magistrados para participação no evento.

O cenário de isolamento social atualmente vigente motivou a organização do evento a oferecer a sétima edição em formato telepresencial ao vivo, facilitando a participação de membros da Corte Eleitoral, magistrados e servidores desta Justiça Especializada uma vez que não haverá gastos com deslocamentos e ainda, o formato telepresencial possibilitará a participação no evento sem a necessidade de ausentar-se do local de trabalho.

O congresso em comento contribuirá na preparação dos participantes para atuarem no pleito eleitoral vindouro, possibilitando-se imprimir mais eficiência aos seus processos de trabalho e aprimorar os serviços prestados à sociedade acrescentando mais transparência, celeridade e segurança ao processo eleitoral.

Veja-se que, embora o evento não esteja previsto no Plano Anual de Capacitações, de 2020 em razão das dificuldades supracitadas, está de acordo com os objetivos estratégicos do TRE-RO e existe fonte orçamentária suficiente para custear essa despesa, uma vez que outros eventos previstos pela EJE em formato presencial foram e/ou serão realizados também na modalidade telepresencial, gerando economia orçamentária com transportes e diárias de magistrados e servidores, cujo saldo poderá ser revertido para permitir a participação no Congresso.

#### **3.2. Da Inexigibilidade de Licitação**

A inexigibilidade de licitação se respalda no Acórdão 439/1998 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.*

Inscrições em cursos abertos, per se, têm o condão de caracterizar inexigibilidade de licitação, conforme magistério do Prof. Jacoby (FERNANDES. Jorge Ulisses Jacoby. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 3ª. Edição. Editora Fórum. Belo Horizonte. 2005, p. 256):

*“É também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido por instituição privada de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, mostrando-se inviável a competição. Contudo, para a realização de seminários fechados, promovido por qualquer dessas mesmas instituições, é, em princípio, exigível a licitação, porque o interesse e conveniência de treinamento podem ser determinados pela Administração, ao contrário do caso anterior, em que a oportunidade é ditada pelas instituições.”*

Da mesma forma, o Ministro Adhemar Paladini Ghisi, no voto que fundamenta a Decisão TCU 439/1998-Plenário, assim asseverou:

*“Retomando a proposta de decisão em estudo, consideramos desnecessário firmar entendimento quanto à inexigibilidade de licitação para inscrição de servidores em cursos abertos a terceiros. Os cursos abertos para os quais não cabe licitação são aqueles inusitados, quer por não haver previsão de sua repetição, quer pela indiscutível notoriedade do instrutor, ou ainda aqueles oferecidos por uma única empresa. Em todos os casos o texto da Lei é suficientemente claro: há inviabilidade de competição.”*

### **3.3. Da Notória especialização e Singularidade:**

Considera-se que por se tratar de evento com inscrição aberta a terceiros não há necessidade de demonstração da notória especialização e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

singularidade da empresa/instrutor do curso mencionado, conforme entendimento jurisprudencial do TCU.

### **3.4. D o Alinhamento com os Objetivos estratégicos:**

A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, “Fortalecimento da Segurança e da Transparência do Processo Eleitoral” e ainda para realizar a missão de: “Garantir a Legitimidade do Processo Eleitoral”. conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor.

## **4 – DO VALOR**

O valor inicialmente proposto para as Escolas Judiciárias Eleitorais era de R\$ 300,00 por participantes, conforme ofício juntado no evento [0566582](#).

Entretanto, o Sistema EJE, capitaneado pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral, negociou um desconto exclusivo para as Escolas Judiciárias Eleitorais no valor individual de R\$ 150,00, consoante nova proposta contida no evento [0566807](#).

Desse modo, as 13 inscrições pretendidas perfazem um total de **R\$ 1.950,00**.

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

No caso de cursos abertos, o preço cobrado pela inscrição é o mesmo para qualquer órgão da Administração Pública e também para o setor privado. Logo, desnecessária a realização de cotações de preços ou pesquisas junto a outros órgãos.

## **5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CATEGORIA	Ordinário
DESPESA AGREGADA	Capacitações EJE - Cursos, Diárias e Passagens
PLANO INTERNO	RO CAPEJE
VALOR DISPONÍVEL	R\$ 52.372,00
VALOR NECESSÁRIO	R\$ 1.950,00

## **6- DO PAGAMENTO**

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da nota fiscal, devidamente atestada pela Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia, aplicadas as retenções legais.

## **7- DO CONTRATO**

I - O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

VI - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

## **8 - DAS OBRIGAÇÕES**

### **8.1. Da Contratante:**

1. Informar à empresa contratada os dados dos servidores que irão participar do congresso;
2. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8.666/93, até cinco dias após a o recebimento da fatura.
3. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

### **8.2. Da Contratada:**

1. Garantir a realização do congresso, conforme descrito na proposta em anexo, nos dias 17 a 21/8/2020;
3. Fornecer tecnologia adequada e eficiente para a transmissão do congresso ao vivo;
4. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública, a Seguridade Social, com o FGTS, perante a Justiça Trabalhista e ao CNJ;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após o encerramento do evento.

## **9 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 8, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de até 30% sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

### **10 – DAS GARANTIAS**

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

### **11 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático nos dias 17 a 21/8/2020.

### **12 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento: será verificada a confirmação do evento no prazo definido e a regularidade fiscal da empresa.
2. Durante a execução do evento: verifica-se a regularidade das aulas, o cumprimento dos horários, a presença do instrutor, o fornecimento dos materiais e todos os itens inclusos na contratação.
3. Após a execução do evento: verifica-se o cumprimento da carga-horária, a avaliação do evento pelos participantes e a emissão dos certificados e Nota Fiscal.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**13 – DOS ANEXOS**

a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto ao FGTS, Fazenda Federal, à Justiça Trabalhista e ao CNJ, (Eventos: [0565551](#), [0565560](#), [0565566](#), [0565572](#), [0566806](#) e [0566888](#)), portanto, apta a contratar com a Administração Pública.

b) Proposta ([0566807](#))



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE POSSAMAI LEITE, Técnico Judiciário**, em 10/08/2020, às 12:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0568398** e o código CRC **A1A095EA**.

0002203-26.2020.6.22.8080

PROCESSO: 0002203-26.2020.6.22.8080

INTERESSADO: Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia - EJE - RO

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE – VII Congresso de Direito Eleitoral – EJE-PR

**PARECER JURÍDICO Nº 160 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia – EJE-RO, objetivando 13 (treze) inscrições para participação no evento denominado – **VII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ELEITORAL** promovido pelo INSTITUTO PARANAENSE DE DIREITO ELEITORAL – IPRADE, CNPJ nº 09.589.101/0001-14, previsto para o período de 17 a 21 de agosto de 2020, na modalidade telepresencial ao vivo.

**02.** Na Solicitação de Contratação 07 ([0567397](#)), consta como unidade solicitante e demandante a Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia – EJE-RO. O referido documento foi submetido à aprovação do secretário da SAOFC, o qual autorizou a elaboração do estudo técnico preliminar e o Projeto Básico da pretensa contratação, consoante Despacho nº 1263/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0567445](#)). Com isso, a EJE elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP ([0567596](#)).

**03.** Para instruir o feito, juntou-se aos autos a proposta do evento elaborada pela empresa citada e conteúdo programático ([0566582](#) e [0566807](#)), regularidade fiscal da empresa promotora do evento junto ao FGTS ([0565551](#)), Receita Federal ([0565572](#)), Justiça do Trabalho ([0565566](#)) e CNJ ([0566888](#)), demonstrando estar apta a contratar com a administração pública.

**04.** O custo das inscrições é de R\$ 1.950,00 (mil novecentos e cinquenta reais) conforme descrição do valor no item 4, do Projeto Básico 5 ([0568398](#)). Ainda, consta no referido documento a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as sanções administrativas, dispensa de garantia, prazo de execução, indicação da EJE para gestão e fiscalização da contratação e descrição dos anexos, documentos de regularidade fiscal e proposta da empresa.

**05.** A EJE encaminhou, via e-mail ([0568425](#)), o Projeto Básico 5 ([0568398](#)) para a ciência do representante da empresa proponente. Pelo e-mail constante no evento [0568540](#), o IPRADE atestou sua concordância aos termos do Projeto Básico.

**06.** A Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do art. 7º, § 2º, da lei n. 8.666/93 e do art. 17, V da Instrução Normativa TRE n. 004/08, analisou o Projeto Básico e conclui por sua regularidade ([0566627](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**07.** Por fim, a SPOF juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0569956](#)), no valor de R\$ **1.950,00** (mil novecentos e cinquenta reais), para custear a despesa, oportunidade em que a SPOF informou que: "*Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.*"

**08.** Assim instruídos, vieram os autos para análise desta unidade Jurídica. **É o breve e necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**09.** A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de **exceções** à regra geral, *in verbis*:

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

**XXI - ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. **(Negritou-se).**

**10.** Não por outro motivo, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

**11.** Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração na contratação de **serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, em seu **art. 13, inciso VI, em princípio**, está



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

**II** - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, **de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; **(negritou-se)**.

**12.** Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação a contratação de serviços técnicos enumerados pelo **art. 13** do Código de Licitações. Da previsão legal, retiram-se os seguintes requisitos: **a) natureza singular; b) prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

**13.** Contudo, o entendimento jurisprudencial do TCU tem afastado ambos os requisitos, dispensando a demonstração da singularidade do curso ou da notoriedade do instrutor, quando o evento de capacitação ofertado for **eventos abertos**. Veja-se:

[...]

**45.** Retomando à proposta de decisão em estudo, consideramos desnecessário firmar entendimento quanto à inexigibilidade de licitação para inscrição de servidores em cursos abertos a terceiros.

**46.** Os cursos abertos para os quais não cabe licitação são aqueles inusitados, quer por não haver previsão de sua reposição, quer pela indiscutível notoriedade do instrutor, ou ainda aqueles oferecidos por uma única empresa. Em todos os casos o texto da Lei é suficientemente claro: há inviabilidade de competição. ” **Decisão TCU 439/1998-Plenário – Ministro Adhemar Paladini Ghisi.**

**14.** Ressalte-se que a jurisprudência pátria, principalmente da Corte de Contas da União, tem abrandado de forma sistemática e substancial a verificação dos requisitos legais permissivos da inexigibilidade. Cita-se, a respeito, trecho do voto do **Ministro Adhemar Paladini Ghisi, proferido nos autos do TC 000.830/98-4:**

**A aplicação da lei deve ser compatível com a realidade em que está inserida, só assim o direito atinge seus fins de assegurar a justiça e a equidade social.** Nesse sentido, defendo o posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, como aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. Assim desponta, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador. **Destarte, partilho do**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

entendimento esboçado pelo Ministro Carlos Átila no sentido do reconhecimento de que há necessidade de assegurar ao administrador ampla margem de discricionariedade para escolher e contratar professores ou instrutores. Discricionariedade essa que deve aliar à necessidade administrativa à qualidade perseguida, nunca a simples vontade do administrador. Pois, as contratações devem ser, mais do que nunca, bem lastreadas, pois não haverá como imputar à legislação, a culpa pelo insucesso das ações de tratamento do órgão sob sua responsabilidade. - (DOU de 23.07.1998) - (grifou-se e negritou-se).

**15.** Em resumo, nos termos da **Decisão do TCU n. 654/2004 — Plenário (TC 010.583/2003-9)**, a inscrição de servidores em cursos abertos ministrados por empresas especializadas enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, *in verbis*:

*O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:*

Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93. (grifou-se).

**16.** Releva destacar, ainda, voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do **Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF**:

**EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL.** A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. ” - (DJ 03/08/07 p.30) - (grifou-se e negritou-se).





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**17.** No caso em tela, o treinamento pretendido visa capacitar servidores, membros da Corte Eleitoral e juízes eleitorais cujas atividades se encontram correlatas ao seu conteúdo programático e que atuam em unidades que demandam com frequência os conhecimentos buscados no treinamento, principalmente em ano de eleições municipais. Nesse sentido, destaca-se o registro contido na **justificativa da necessidade do curso, item 3 do PB 5 (0568398)**:

### **3.1. Da Necessidade**

O Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral promovido pelo IPRADE é um evento tradicional, de alta qualidade, que conta com profissionais de renome no cenário nacional para a condução de temas absolutamente relevantes e ligados aos pleitos eleitorais.

Não obstante, os altos valores de investimentos com diárias, passagens e inscrições, e ainda o período de sua realização nos anos de eleição, dificultam o encaminhamento de servidores e magistrados para participação no evento.

O cenário de isolamento social atualmente vigente motivou a organização do evento a oferecer a sétima edição em formato telepresencial ao vivo, facilitando a participação de membros da Corte Eleitoral, magistrados e servidores desta Justiça Especializada uma vez que não haverá gastos com deslocamentos e ainda, o formato telepresencial possibilitará a participação no evento sem a necessidade de ausentar-se do local de trabalho.

O congresso em comento contribuirá na preparação dos participantes para atuarem no pleito eleitoral vindouro, possibilitando-se imprimir mais eficiência aos seus processos de trabalho e aprimorar os serviços prestados à sociedade acrescentando mais transparência, celeridade e segurança ao processo eleitoral.

Veja-se que, embora o evento não esteja previsto no Plano Anual de Capacitações, de 2020 em razão das dificuldades supracitadas, está de acordo com os objetivos estratégicos do TRE-RO e existe fonte orçamentária suficiente para custear essa despesa, uma vez que outros eventos previstos pela EJE em formato presencial foram e/ou serão realizados também na modalidade telepresencial, gerando economia orçamentária com transportes e diárias de magistrados e servidores, cujo saldo poderá ser revertido para permitir a participação no Congresso.

## **III – CONCLUSÃO**

**18.** Diante ao exposto, esta Assessoria entende que a **Administração poderá realizar as inscrições do público indicado no item 2.1 do Projeto Básico 5 (0568398) para participação no evento aberto " VII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ELEITORAL"** promovido pelo INSTITUTO PARANAENSE DE DIREITO ELEITORAL – **IPRADE**, CNPJ nº 09.589.101/0001-14, previsto para o período de 17 a 21 de agosto de 2020, na modalidade de ensino a distância, com fundamento no **art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Lei Geral de Licitações, nos termos ainda da Decisão TCU n. 439/98-Plenário.**

**19.** Por sua vez, observa-se que o Projeto Básico nº 5, no que lhe é aplicável, atende às disposições do **art. 6º, inciso IX e alíneas, da Lei n. 8.666/93, podendo ser levado à aprovação da autoridade superior competente**, para os efeitos do **art. 7º, § 2º, I e § 9º**, do mesmo diploma legal.

**20.** Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do **art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada, conforme já efetivado o envio através de e-mail juntado aos autos pelo evento [0568540](#).

**21.** Por fim, com precedente no **Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário**, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26, da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal (Lei nº 8.666/93, art. 24, inc. II c/c MP nº 961, de 06 de maio de 2020). Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

Submete-se à consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 13/08/2020, às 18:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002203-26.2020.6.22.8080

INTERESSADO: ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL (EJE)

ASSUNTO: Contratação da empresa para a realização do evento “VII Congresso de Direito Eleitoral”. Inexigibilidade de licitação.

**DESPACHO Nº 1241 / 2020 - PRES/DG/GABDG**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia – EJE-RO, objetivando 13 (treze) inscrições para participação no evento denominado – **VII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ELEITORAL** promovido pelo INSTITUTO PARANAENSE DE DIREITO ELEITORAL – IPRADE, CNPJ nº 09.589.101/0001-14, previsto para o período de 17 a 21 de agosto de 2020, na modalidade telepresencial ao vivo.

Em cumprimento ao inciso IX do artigo 6º da Lei nº 8.666/93, a unidade demandante elaborou o Estudo Técnico Preliminar ([0567596](#)).

Dimensionou-se o valor total da contratação em **R\$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais)** para a inscrição de 13 servidores, resultando o custo por pessoa em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), conforme item 4 do Projeto Básico nº 5/2020 - EJE ([0568398](#)). O conteúdo programático do congresso está descrito no item 2.3 do referido PB.

Para instruir o feito, juntou-se aos autos regularidade fiscal da empresa promotora do evento junto ao FGTS ([0565551](#)), Receita Federal ([0565572](#)), Justiça do Trabalho ([0565566](#)) e CNJ ([0566888](#)), demonstrando estar apta a contratar com a administração pública.

A Coordenadora da COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico em questão e pela adjudicação do objeto à referida proponente ([0566627](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais) para custear a despesa ([0569956](#)).

Assim instruídos, os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, que, através do Parecer Jurídico nº 160/2020 ([0570181](#)), opinou pela possibilidade de inscrições do público indicado para a participação no evento em questão, por inexigibilidade de licitação; pela regularidade do Projeto Básico; pela dispensa da formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho, nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93; e pela desnecessidade de publicação na imprensa oficial para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, com base no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário e na Orientação Normativa n. 34/2011, haja vista que o valor da contratação está aquém do patamar da dispensa legal.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por fim, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação, com fulcro inc. IX do art. 57 da Res. TRE/RO nº 06/2015, e se manifestou pela aprovação do Projeto Básico, pela autorização da despesa, por inexigibilidade de licitação e publicação do ato no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em homenagem ao Princípio da Publicidade, com fulcro no art. 37 da CF/88 ([0570220](#)).

Verifica-se que os autos foram devidamente instruídos.

Como bem explanado pela Assessoria Jurídica, a inscrição de servidor em cursos abertos ministrados por empresas especializadas enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos da Decisão do TCU n. 654/2004 — Plenário (TC 010.583/2003-9), com fundamento no art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações.

Observa-se que o evento, apesar de não constar no Plano Anual de Capacitação de 2020, está de acordo com os objetivos estratégicos do TRE-RO e existe fonte orçamentária suficiente para custear essa despesa, uma vez que outros eventos previstos pela EJE em formato presencial foram e/ou serão realizados também na modalidade telepresencial, gerando economia orçamentária com transportes e diárias de magistrados e servidores, cujo saldo poderá ser revertido para permitir a participação no Congresso.

Embora se, trate de contratação de serviços, fica dispensada a formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta diretoria-geral **RATIFICA** a inexigibilidade reconhecida pela SAOFC, descrita no artigo 25, II, da Lei n. 8.666/93, e

**1 - Aprova o ETP nº 1/2020 - EJE ([0567596](#)) e o Projeto Básico nº 5/2020 - EJE ([0568398](#))**, porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no art. 6º, IX e alíneas, art. 7º, I e art. 14 da Lei n. 8666/93;

**2 - Autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação**, com fulcro no art. 25, inciso II c/c o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93, nos termos ainda da Decisão do TCU n. 439/98-Plenário;

**3 - Adjudica o objeto ao INSTITUTO PARANAENSE DE DIREITO ELEITORAL – IPRADE**, inscrita no CNPJ sob o n. 09.589.101/0001-14 e, autoriza a emissão de Nota de Empenho em seu



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**favor, no valor de R\$ 1.950,00 (mil e novecentos e cinquenta reais)**, condicionada à regularidade fiscal da empresa nos termos do item 12 do Projeto Básico; e

**4 - Determina a publicação do ato de ratificação da inexigibilidade apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em homenagem ao princípio da publicidade.**

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 14/08/2020, às 16:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0570604** e o código CRC **35CA4863**.